



CONGRESSO NACIONAL

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 09/08/2011 às 17h40
Valéria / Mat. 46957

MPV-540

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 09/08/2011	Medida Provisória nº 540, de 2011
--------------------	-----------------------------------

Autor Senador Aécio Neves - PSDB	Nº do Prontuário
--	------------------

1. Supressiva	2. <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global
---------------	---	-----------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Substitutiva
(Altere-se a redação do § 2º do art. 2º)

"Art. 2º.....

§ 2º O percentual de que trata o § 1º será de 3% (três por cento), aplicável a todas as pessoas jurídicas enquadradas em setores conforme especificado no § 3º.
.....(NR)"

Justificação

O objetivo do texto legal é reintegrar valores referentes a custos tributários residuais existentes nas cadeias de produção. Em outros termos, são resíduos tributários que encarecem, indevida e indesejavelmente, as exportações de produtos industrializados. Sendo assim, não se compreende que o ônus, reconhecidamente prejudicial pelo próprio governo, venha a ser removido de forma seletiva. De se enfatizar que, como proposto na medida provisória, os critérios de seleção dos setores não são explicitados. Portanto, cabe analisar. Se a escolha obedecer ao critério dos setores mais ameaçados pela concorrência (menos dinâmicos), os segmentos mais dinâmicos seriam relegados. A manutenção do ônus sobre estes setores implica perder o potencial de dinamização (geração de emprego e renda) da medida, pois são os mais dinâmicos que dão mais eficiência à retirada do ônus. Por outro lado, se os mais dinâmicos – pelo argumento anterior – forem os escolhidos, aqueles que sofrem a concorrência internacional ficam condenados ao fracasso, exatamente por não lhes permitir que se livrem de um ônus indevido (resíduos tributários). Ou seja, discriminar a retirada do ônus não faz sentido econômico e muito menos social.


Senador Aécio Neves -

